

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo na Apelação Cível nº: 0210968- 1ª Vara Cível da Comarca de Paulista

4

Agravante: Companhia Excelsior d Seguros

Agravados: Judineide Alves da Silva e Outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA *EXTRA* E *ULTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. LEI 12.409/11 ALTERADA PELA MP 633/13. INAPLICABILIDADE AOS CONTRATOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS. PRINCÍPIO DA LEI DE REGÊNCIA DOS CONTRATOS E DO ATO JURÍDICO PERFEITO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não há nenhum elemento na r. sentença *a quo*, portanto, que possa ser considerado como *extra* ou *ultra petita*, eis que o juízo *a quo* julgou procedente o pedido nos exatos termos como foi requerido na exordial.
2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em recente decisão, conforme voto condutor da Ministra NANCY ANDRIGHI, analisando Embargos de Declaração opostos nos Embargos de Declaração de Recurso Especial nº 1091393/SC, restabeleceu o entendimento que a competência para conhecer da matéria é da justiça estadual, embasando o julgado na lei de recursos repetitivos (lei 11.672/2008 e resolução/STJ 8/2008).
3. Os contratos submetem-se, quanto a seu estatuto de regência, ao ordenamento normativo vigente à época da sua celebração. Mesmo os efeitos futuros oriundos de contratos celebrados não se expõe de leis supervenientes. As consequências jurídicas que emergem de um ajuste negocial válido são regidas pela legislação em vigor no momento de sua pactuação. Precedentes do STF.
4. Lei 12.409/11 somente é aplicada aos contratos de seguro que vieram a ser firmados após a edição da referida norma, em respeito ao princípio da lei de regência dos contratos e da irretroatividade das leis. A MP 633/2013 somente é aplicada aos contratos celebrados após a edição da referida norma
5. O recurso de Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.
6. Recurso não provido. *Matéria embasada em julgado na lei de recursos repetitivos (lei 11.672/2008 e resolução/STJ 8/2008).*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Recurso de Agravo, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

03/06/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo na Apelação Cível nº: 0210968- 1ª Vara Cível da Comarca de Paulista

4

Agravante: Companhia Excelsior d Seguros

Agravados: Judineide Alves da Silva e Outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa (fls. 1648/1651) da minha lavra que, nos autos da Apelação Cível de mesmo número, negou provimento ao recurso interposto pela Companhia Excelsior d Seguros, mantendo incólume a r. decisão *a quo*, que condenou o ora recorrente a pagar a quantia indenizatória, suficiente para a recuperação do imóvel sinistrado, a cada um dos autores, corrigidos monetariamente.

Arguiu a Agravante (fls. 1656/1664), resumidamente, que: (a) a sentença *a quo* deve ser anulada, eis que modificou o pedido e não lhe deu o valor pretendido, qual seja: condenação de um valor, para cada autor, com a finalidade de recuperar o prédio; (b) é imprescindível que a Caixa Econômica Federal integre o feito, como litisconsorte passivo necessário, por força da Lei 12.409/2011, em virtude da identificação de Apólice Pública (ramo 66) e comprovação de déficit público; (c) com a edição da nova MP 633/2013, tornou-se desnecessária a comprovação de afetação das reservas do FESA para que a CAIXA obtivesse interesse no feito.

Ao final, requereu o conhecimento do presente recurso, com seu integral provimento, a fim de que fosse dado prosseguimento ao recurso de Apelação Cível.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o relatório. Juízo de admissibilidade satisfeito.

Inicialmente, quanto ao pedido de anulação da sentença *a quo*, entendo que esta não deve prosperar.

Analisando os autos, observa-se, na inicial (fl.42), o pedido para que a ora agravante fosse condenada a pagar, a cada um dos autores, o valor necessário ao conserto integral do prédio.

De mais a mais, quanto a r. sentença, esta condenou a ora agravante ao pagamento de indenização suficiente para a recuperação do imóvel sinistrado.

Ora, não há nenhum elemento, portanto, que possa ser considerado como *extra* ou *ultra petita*, eis que o juízo *a quo* julgou procedente o pedido nos exatos termos como foi requerido na exordial.

Da Competência da Justiça Estadual e Considerações à MP 633/2013 de 26 de Dezembro de 2013.

A Agravante levanta a questão de incompetência da justiça estadual, sob o argumento de que o STJ teria mudado o seu entendimento firmando a competência na justiça federal quando se tratar de matéria relativa à apólice do ramo 66, defendendo que o interesse da CAIXA deslocaria tal competência.

A questão cinge-se em analisar a aplicabilidade da Lei nº 12.409, de 25/05/2011 que transferiu para a Caixa Econômica Federal as atividades atualmente realizadas pelas sociedades seguradoras e determinou a representação judicial do FCVS pela Advocacia-Geral da União.

Teria a referida lei o condão de modificar a competência para processar e julgar as ações de indenização securitária do Sistema Financeiro da Habitação já em curso antes mesmo de sua edição? Bem como, **a publicação da MP nº 633, de 26 de dezembro de 2013, que altera a Lei nº 12.409 determinando a competência da Caixa Econômica Federal para representar judicial e extrajudicial os interesses do FCVS, é suficiente para determinar a competência da Justiça Federal?**

Cumpr, antes do exame do pleito, anotar que até certo tempo, vigorava a Medida Provisória nº 478, estabelecendo a incompetência absoluta da Justiça Estadual para examinar os pedidos de indenização calcados na existência de vícios de construção em imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Porém, a referida MP cessou vigência desde 02.06.2010 e, a partir de então, os feitos indenizatórios permaneceram no âmbito da Justiça Estadual, e assim foram, com o passar do tempo, sendo sentenciados em suas respectivas comarcas.

Posteriormente, com a vigência da MP 513/2010, atualmente convertida na Lei nº 12.409, de 25/05/2011, foi autorizado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e a oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH.

Mesmo sendo nova a discussão, já existem alguns julgados que abordaram de maneira incisiva o tema, em destaque a conclusão de que a medida provisória citada para amparar a pretensão das seguradoras não ocasiona a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar as demandas indenizatórias fundadas em defeitos de construção de imóveis segurados pelo SFH.

Recentemente, com a publicação da **MP 633/2013**, que acrescentou dispositivo normativo, art.1º-A, à Lei nº 12.409, ficou determinado que a CEF providenciasse seu ingresso imediato como representante do FCVS, inclusive nos feitos em andamento. A propósito:

(...)

Art. 2º A Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A. Compete à Caixa Econômica Federal - CEF representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS.

§ 1º A CEF intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, deve ser considerada a totalidade das ações com fundamento em idêntica questão de direito que possam repercutir no FCVS ou em suas subcontas." (NR)

Art. 3º A União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, poderá intervir nas ações de que trata o art. 1º-A da Lei nº 12.409, de 2011, na forma do art. 5º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou avocá-las, na forma do art. 8º-C da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 4º Em relação aos feitos em andamento, a CEF providenciará o seu ingresso imediato como representante do FCVS.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação."

(...)

Da análise minuciosa dos dispositivos, peço vênha para transcrever algumas considerações.

Primeiramente, cumpre destacar que a **retroatividade de lei é medida excepcional e vetada, se prejudicial**. Inclusive, salienta-se que o tempo rege o ato, o que significa que a lei de regência do contrato é aquela vigente na época de sua celebração, tudo conforme o princípio consagrado na Carta Magna como garantia fundamental do cidadão nas formas de respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

Não é possível, portanto, que uma relação jurídica estabelecida pelas partes a muito venha a ser modificada por meio de uma alteração legal posterior, ante o que orienta o princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, contido no art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, verbis: "A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada" (Art. 6º, LICC).

Desta forma, em sendo o ajuste firmado pelas partes ato jurídico perfeito e acabado, antes da edição da referida Lei, incabível o deslocamento da competência à Justiça Federal.

Inclusive, este Tribunal de Justiça, assim como os demais Tribunais Pátrios, firmaram o entendimento de que a **Lei 12.409/11 somente é aplicada aos contratos de seguro que vieram a ser firmados após a edição da referida norma, em respeito ao princípio da lei de regência dos contratos e da irretroatividade das leis**.

Neste sentido:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SFH. A EDIÇÃO DA LEI Nº 12.409/2011 NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA JULGAR O FEITO. PRECEDENTES DO STJ. Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a edição da lei nº 12.409/2011 não acarreta a incompetência da JUSTIÇA ESTADUAL para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do sfh em que se discutem os vícios construtivos. O STJ, em recentíssimos julgados, manteve o posicionamento já sedimentado no sentido da competência a JUSTIÇA ESTADUAL para processar e julgar os feitos cujo objeto seja a pretensão resistida à cobertura securitária dos danos oriundos dos vícios de construção do imóvel financiado mediante contrato de mútuo submetido ao sfh, visto que inexistente, em casos tais, interesse da cef a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário. (TJPE; Proc 0039876-67.2007.8.17.0001; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Antônio Fernando Araújo Martins; Julg. 04/06/2013; DJEPE 13/06/2013; Pág. 424)

PROCESSUAL CIVIL. Recurso de agravo contra decisão terminativa em agravo de instrumento. Recurso em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste tribunal e dos tribunais superiores. Ação de seguro habitacional. Sistema financeiro de habitação. Competência. **JUSTIÇA ESTADUAL**. Surgimento da medida provisória nº 513/2010 e da lei nº 12.409/2011. Inaplicabilidade. **Situação jurídica consolidada. Observância ao ato jurídico perfeito. Nova regra somente aplicável aos contratos celebrados após 26.11.2010. Irretroatividade da lei.** Recurso de agravo não provido. Decisão unânime. (TJPE; Proc. 0018248-49.2012.8.17.0000; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. José Carlos Patriota Malta; Julg. 09/10/2012; DJEPE 22/10/2012; Pág. 447)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. Incidência da MP 513/2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, que coloca a Caixa Econômica Federal com administradora do FCVS, assumindo direitos e obrigações do Seguro Habitacional e, consequentemente, a competência para apreciar a causa seria da Justiça Federal. Princípio da **Irretroatividade das Leis. Art. 6º da Lei de Introdução do CC. A aplicação dessa Lei, deve ser da sua publicação para frente, e não retroagir para alcançar contratos pretéritos, celebrados sob os auspícios de legislação que estabelecia outras competências.** Inteligência Jurisprudencial. Honorários Periciais. Não há que se falar da impossibilidade de condenação no tocante ao ressarcimento dos honorários do assistente técnico. Não se está determinando a antecipação de tais despesas, mais sim, arcar com o ônus da sucumbência já que vencido na demanda. Entendimento do STJ. Aplicação do § 2º do Art. 20. Princípio da Sucumbência e da Causalidade. Recurso não provido. Decisão unânime. (TJPE; AG 0255150-4/01; Paulista; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Sílvio de Arruda Beltrão; Julg. 20/10/2011; DJEPE 31/10/2011)

“RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO HABITACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - INAPLICABILIDADE DA RECÉM-EDITADA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2011, SOB PENA DE VILAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS E DO ATO JURÍDICO PERFEITO - REGULAR TRÂMITE DO PROCESSO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL (INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 094 DO TJPE) - Os tribunais pátrios vêm entendendo que a edição da MP nº 513 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. Isto porque, se não bastasse a ausência de comprovação de que a assunção de direitos e obrigações tenha se dado, há que se destacar, também, a aparente inconstitucionalidade do ato, que, à exemplo da extinta MP nº 478, possibilita a alteração da relação jurídica perfeita constituída entre seguradora e mutuários, permitindo que eventual condenação em face da seguradora seja custeada, ao final, por dinheiro público, em flagrante afronta a princípios constitucionais - O contrato de seguro entabulado entre as partes foi efetivado antes da edição da Medida Provisória nº 513. Inexistia, portanto, quando da contratação do seguro, a previsão de utilização de dinheiro público em eventual indenização, não se podendo permitir que, por intermédio de alteração legal ulterior, modifique-se a relação jurídica existente - Antes mesmo da edição das medidas provisórias ns. 478 e 513, este e. tribunal já havia firmado posicionamento no sentido da competência da Justiça Estadual para julgar demandas deste jaez.” (TJPE - AG 0231130-0/01 - Sexta Câmara Cível, relator o Juiz Convocado Sílvio Romero Beltrão - DJe 28.04.2011 - p. 477)

“**Decisão Terminativa (...)** A MP 513 autorizou o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e a oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH. Mesmo sendo nova a discussão, já existem alguns julgados que abordaram de maneira incisiva o tema, em destaque a conclusão de que a medida provisória citada para amparar a pretensão das seguradoras não ocasiona a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar as demandas indenizatórias fundadas em defeitos de construção de imóveis segurados pelo SFH. A alegada assunção de direitos e obrigações, muito embora mencionada pela MP, necessitaria de prova

incontesti para o caso, e, diante da evidente falta de provas por parte das seguradoras, o argumento foi afastado. Além disso, importante destacar que, na hipótese de se aceitar a MP 513 como válida a regular, e modificar, as relações constituídas originalmente entre as seguradoras privadas e os mutuários, tal qual prescrevia a MP 478, permitir-se-ia que eventuais condenações atribuídas às seguradoras fossem custeadas por dinheiro público, em evidente violação à Constituição Federal. No presente caso, as partes firmaram os contratos no ano de 2001 (v. fls. 70/71 e ss), antes, portanto, da edição da MP 513/2010, não existindo, assim, na época do ajuste, previsão do uso do dinheiro público no pagamento de eventual indenização. Não é possível, portanto, que uma relação jurídica estabelecida pelas partes a muito venha a ser modificada por meio de uma alteração legal posterior, ante o que orienta o princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, contido no art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, verbis: "A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada" (Art. 6º, LICC). Desta forma, em sendo o ajuste firmado pelas partes ato jurídico perfeito e acabado, não procedem as alegações de ilegitimidade passiva e o pedido de deslocamento da competência à Justiça federal. Nesse mesmo sentido, anote-se julgado recente deste TJPE: "RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA RECÉM-EDITADA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL; DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES; DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL DOS AUTORES E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA SEGURADORA. MÉRITO: APLICAÇÃO DO CDC. HABILITAÇÃO DA APÓLICE RD BNH Nº 18/77. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DIRETAMENTE AOS MUTUÁRIOS; COBERTURA SECURITÁRIA PARA OS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO; DEVER DE PAGAMENTO DE ALUGUERES; CABIMENTO DA MULTA DECENDIAL E POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE ASTREINTES. MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. - Rejeitadas as preliminares de ilegitimidade da Caixa Seguradora e de competência da Justiça Federal para apreciar o feito. **Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a edição da MP 513 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos.** (...) Ante todo o exposto, e considerando que o agravo de instrumento interposta por Sul América CIA Nacional de Seguros está em direto confronto com jurisprudência consolidada deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, NEGO seu SEGUIMENTO, ex-vi do art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco." (TJPE, Quarta Câmara Cível, AI. No. 241880-8, relator Des. Eurico de Barros Correia Filho, em 31.05.11)

Observe-se que a matéria já foi pacificada neste e. Tribunal através do enunciado da Súmula 094, in verbis:

"SÚMULA 094 - A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional."

Desta forma, a alteração legislativa da Lei 12.409/11 também somente será aplicada aos contratos que vieram a ser firmados a partir da data da sua alteração, ou seja, para os contratos firmados do dia 26.12.2013 para frente.

Ademais, verifico que a MP 633/2013 não afastou a necessidade da demonstração de risco ao comprometimento dos recursos do FCVS (conforme transcrito no art. 1º-A, §1º) para o ingresso da Caixa Econômica Federal.

Desta forma, a irresignação não foi suficiente para convencer-me do pretendido desacerto do ato judicial atacado.

Analisando a argumentação apresentada pelo agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de alterar a decisão agravada.


Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e a jurisprudência majoritária e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Motivo pelo qual **nego provimento** ao agravo legal, para manter incólume a Decisão Terminativa da lavra do Excelentíssimo Desembargador Stênio Neiva Coêlho.

É como voto.

Recife,

03/06/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator